



REQUERIMENTO Nº , DE 2021

(Do Sr. Lincoln Portela)

Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 32, de 2020 (Reforma Administrativa).

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão para debater os impactos da PEC nº 32/2020 (Reforma Administrativa) nas carreiras do serviço público.

Na oportunidade, solicito que sejam convidadas as entidades destacadas abaixo:

1. Fernando Anunciação - Federação Sindical Nacional dos Servidores Penitenciários e Policiais Penais (FENASPPEN);
2. Bruno Menelli Dalpiero - Federação Nacional dos Trabalhadores do Sistema Socioeducativo (FENASSE);
3. Cristiano Torres - Federação Nacional dos Trabalhadores do Sistema Socioeducativo (FENASSE);
4. Luiz Vecchi - Federação Nacional de Sindicatos de Guardas Municipais (FENAGUARDAS);
5. Rejane Soldani Sobreiro - Federação Nacional de Sindicatos de Guardas Municipais (FENAGUARDAS);
6. Fabio Faiad Bottini - Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (SINAL);





7. Gustavo Machado Tavares - Presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais (ANPM);
8. Rivana Ricarte - Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP);
9. Luciana Dytz - Presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Federais (ANADEF);
10. Oséias Francisco da Silva - Presidente das Conferência Nacional das Guardas Municipais do Brasil (CONGM);
11. Rudinei Marques - Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (FONACATE);
12. Edson Lima - Presidente da Associação dos Servidores da Agência Brasileira de Inteligência (ASBIN);
13. Oswaldo Augusto de Barros - Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST);
14. Reinaldo Monteiro da Silva - Presidente da Associação Nacional de Guardas Municipais do Brasil (AGM BRASIL);
15. Ramon Rodrigues Soares - Vice-Presidente da Associação de Guardas Municipais do Brasil (AGM BASIL);
16. Izdalfredo Ramatis Ismarin Bezerra de Menezes Nogueira - Presidente da Associação Nacional de Altos Estudos em Guardas Municipais (ANAEGM);
17. Fernando Lourenço da Silva Neto - Representante da Comissão Norte e Nordeste de Guardas Municipais (CONNEGUAM);
18. Mauro Silva - Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (UNAFISCO NACIONAL);
19. Kleber Cabral - Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (SINDIFISCO NACIONAL).

JUSTIFICAÇÃO





A Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo realizar a Reforma Administrativa, e para tal finalidade, propõe a alteração de dispositivos sobre servidores e empregados públicos e a modificação da organização da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

É notório o estado crítico que o país enfrenta atualmente em razão da pandemia, ademais, é de suma importância a adoção de medidas neste momento para tentar evitar o máximo de consequências negativas futuramente para a economia brasileira, o que norteia a finalidade da PEC em comento.

Todavia, a referida proposta gera uma série de impactos a diversas categorias de servidores públicos, o que justifica a real necessidade da realização de audiência pública no âmbito desta Comissão.

Importante salientar que é papel primordial deste parlamento ouvir, debater e analisar ponto a ponto cada proposta que aqui tramita, com o intuito de buscar as melhores soluções possíveis à sociedade.

Dessa forma, tendo em vista tratar-se de assunto de grande relevância nacional e com o fito de garantir o debate democrático com a sociedade brasileira, encaminho o presente requerimento e solicito o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Sala da Comissão, de de 2021.

Deputado Federal **Lincoln Portela**
PL/MG

